

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/03/2014 a 31/03/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Justiça manda desocupar fazendas invadidas em SP.</b> José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 03/03/2014.....	3
<b>‘Donos de propriedade pagam pouco imposto’, diz Marcio Pochmann.</b> Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 03/03/2014 .....	3
<b>Vandalismo com dinheiro público</b> – O Estado de São Paulo, Opinião. 04/03/2014.....	4
<b>Governo vai regularizar áreas compradas por estrangeiros.</b> Lucas Ferraz – Folha de São Paulo, Mercado. 05/03/2014.....	5
<b>Meta é dar continuidade com 'qualidade', diz Rossetto.</b> Erich Decat – O Estado de São Paulo, Política. 17/03/2014.....	7
<b>Incra certifica quase mil imóveis rurais na Bahia, em quatro meses</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/03/2014.....	8
<b>Apresentado PLS que resgata proposta de reforma agrária de Jango</b> – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 21/03/2014.....	9
<b>UDR pede investigação de convênio de terras no Pontal.</b> José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 21/03/2014.....	10
<b>Incra/SE conquista nova área para a reforma agrária</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/03/2014 .....	11
<b>Terra Legal entrega títulos para agricultores familiares do Pará.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/03/2014.	11
<b>População do campo realiza bloqueios de BRs e mobilização no Recife por Reforma Agrária e Justiça Social na Zona da Mata</b> - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 31/03/2014.....	12

## **Justiça manda desocupar fazendas invadidas em SP. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 03/03/2014**

A Justiça mandou desocupar 9 das 24 fazendas invadidas por integrantes da Frente Nacional de Lutas (FNL) durante o "Carnaval vermelho" no Pontal do Paranapanema e Oeste do Estado de São Paulo. Até a tarde desta segunda-feira, cinco áreas - duas em Marabá Paulista e três na região de Dracena - tinham sido desocupadas, mas os sem-terra invadiram outras quatro propriedades. A frente é liderada por José Rainha Júnior, do MST da Base, dissidência paulista do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Rainha disse que os mandados judiciais de reintegração de posse serão cumpridos, mas novas áreas serão ocupadas.

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), órgão do governo estadual, informou que o governo é contra as ocupações e acompanha a mobilização dos movimentos sociais defendendo uma solução pacífica para os conflitos. Segundo o Itesp, no dia 21 de fevereiro, o governo de São Paulo e a União assinaram convênio para arrecadar áreas públicas para a implantação de novos assentamentos no Pontal. Serão investidos R\$ 55,8 milhões para assentar 700 famílias em área de 18,5 mil hectares. Durante os dois anos do convênio, o governo vai propor acordos com os possuidores das áreas julgadas devolutas, mas a obtenção das terras depende da aceitação dos acordos.

O governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) será responsável pelo pagamento das benfeitorias. Segundo o Itesp, São Paulo é o único Estado que utiliza terras devolutas para assentar famílias e já recuperou 92,3 mil hectares e fez 88 assentamentos no Pontal.

Rainha disse que a mobilização visa a acelerar o convênio e cobrar assistência para os assentados. "Nenhum assentamento foi feito sem que a terra fosse ocupada." Ele afirmou que o convênio resultou da luta dos movimentos sociais e de negociação com o governo da presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, no governo Lula o convênio ficou parado.

O presidente da União Democrática Ruralista, Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que as invasões ocorrem porque o governo compactua com as ações dos sem-terra. "Um dia depois que o MST fez o Supremo Tribunal Federal suspender uma sessão por ameaça de invasão, a presidente (Dilma Rousseff) recebeu o movimento. Isso mostra que o governo é ideológico." As invasões afugentam investimentos e desacreditam o País perante o mundo, segundo ele. "Invadem porque o governo apoia, jogam todos no mesmo time. Estamos caminhando no mesmo rumo que a Venezuela", afirmou.

---

## **‘Donos de propriedade pagam pouco imposto’, diz Marcio Pochmann. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 03/03/2014**

*Presidente de organização do PT diz que é preciso buscar novas formas de financiamento do Estado*

O governo do Estado de São Paulo divulgou nota oficial na qual diz que é "contra as ocupações" de terras ocorridas no final de semana na região Oeste do Estado. Assinada pela direção do Instituto de Terras do Estado (Itesp), a nota diz que o governo "desenvolve uma política transparente de implantação de assentamentos e está sempre aberto aos diálogos objetivando soluções pacíficas para questões que envolvem o tema".

Entre a madrugada de sábado e a tarde de domingo, no chamado Carnaval Vermelho, a organização denominada Frente Nacional de Lutas invadiu 21 propriedades rurais na região Oeste do Estado. Articulada por José Rainha Júnior, dissidente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a operação objetiva chamar a atenção para a questão da reforma agrária na região.

Na nota que divulgou hoje, o Itesp assinala que a desapropriação de terras consideradas improdutivas, por interesse social, para fins de reforma agrária, compete à União, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ao governo do Estado compete localizar e coletar terras devolutas, pertencentes à União, para a implantação de assentamentos, afirma. "Desde 1984 foram implantados 112 assentamentos na região do Pontal do Paranapanema", diz a nota. Ela também informa que estão em andamento projetos e acordos para a implantação de novos assentamentos.

Segundo os sem-terra, as duas frentes da reforma, nas esferas federal e estadual, andam com lentidão, sem cumprir suas funções. De acordo com os líderes do movimento, o Incra não tem feito desapropriações no ritmo que seria necessário e o Itesp não consegue chegar a um acordo com os ocupantes das áreas devolutas, para quem sejam desocupadas e cedidas à reforma.

---

#### **Vandalismo com dinheiro público – O Estado de São Paulo, Opinião. 04/03/2014**

Sempre que podem, os ditos "sem-terra" reclamam publicamente da presidente Dilma Rousseff porque ela, corretamente, desapropriou menos terras para a reforma agrária do que Fernando Henrique Cardoso. Mas eles se queixam de barriga cheia: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), faça o que fizer, destrua o que destruir, será sempre beneficiado pelo governo petista com generosas verbas públicas - que garantem sua sobrevivência como "movimento social", mesmo que não haja mais a menor justificativa para sua existência, a não ser como caso de polícia.

Segundo revelou o Estado, uma entidade ligada ao MST recebeu dinheiro da Petrobrás, da Caixa Econômica Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para realizar um congresso de sem-terra - e foi nesse evento, em Brasília, no último dia 12/2, que o MST reafirmou sua verdadeira natureza: criminosa e hostil às instituições democráticas.

Milhares de militantes atacaram policiais que tentavam impedi-los de invadir o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal. O saldo de feridos deu a exata medida do ânimo violento dos manifestantes: 30 policiais (8 em estado grave) e apenas 2 sem-terra.

Os militantes lá estavam para cobrar de Dilma que acelerasse a reforma agrária, mas o protesto incluiu críticas ao julgamento do mensalão, ao uso de agrotóxicos e à espionagem americana. No balaio do grupo que diz defender desde a estatização completa do sistema produtivo nacional até a "democratização da comunicação" cabe tudo. Foi essa impostura que recebeu farto financiamento do governo para uma manifestação que, como era previsível, degenerou em quebra-quebra.

A injeção de dinheiro público no MST e em outras entidades de sem-terra que se envolvem em banditismo e ameaças ao Estado de Direito não é novidade. Em 2006, cerca de 500 desses militantes invadiram a Câmara dos Deputados, sob o comando de um petista histórico, Bruno Maranhão, dono de uma entidade que recebera R\$ 2,2 milhões para "capacitação" de assentados. Segundo o Tribunal de Contas da União, esse dinheiro simplesmente sumiu.

Três anos mais tarde, o MST invadiu, depredou e saqueou a Fazenda Santo Henrique, da empresa Cutrale, em Borebi (SP). Naquela ocasião, os repasses de verbas públicas para o grupo e seus associados haviam chegado a R\$ 115 milhões em cinco anos. Só no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o aumento fora de 315% em relação ao governo anterior. E o MST ainda tentou engordar o caixa vendendo produtos que seus militantes roubaram da Cutrale.

É esse histórico de leniência e de cumplicidade que explica por que a estatal de petróleo e dois dos principais bancos federais de fomento continuaram a bancar esses desordeiros sem nenhum constrangimento. No presente caso, a Petrobrás deu R\$ 650 mil, a Caixa pagou R\$ 200 mil e o BNDES contribuiu com outros R\$ 350 mil para um convescote intitulado "Mostra Nacional de Cultura Camponesa", organizado por uma certa Associação Brasil Popular (Abrapo), ligada ao MST, e que foi o principal evento do congresso de sem-terra. Já o Incra bancou, com R\$ 448 mil, a estrutura da Feira Nacional de Reforma Agrária. Em nenhum caso houve licitação.

Tanto a Caixa como o BNDES argumentaram que o patrocínio tinha como objetivo ampliar sua visibilidade no setor agrícola. A Caixa, por exemplo, informou que o evento "valoriza a população campesina brasileira e oferece oportunidade de intercambiar conhecimentos e culturas do País". Já a Petrobrás considera que o congresso "alinha-se ao programa Petrobrás Socioambiental na linha dedicada à produção inclusiva e sustentável". A estatal está tão animada com os sem-terra que vai financiar a produção de CDs do MST com "canções infantis no meio rural".

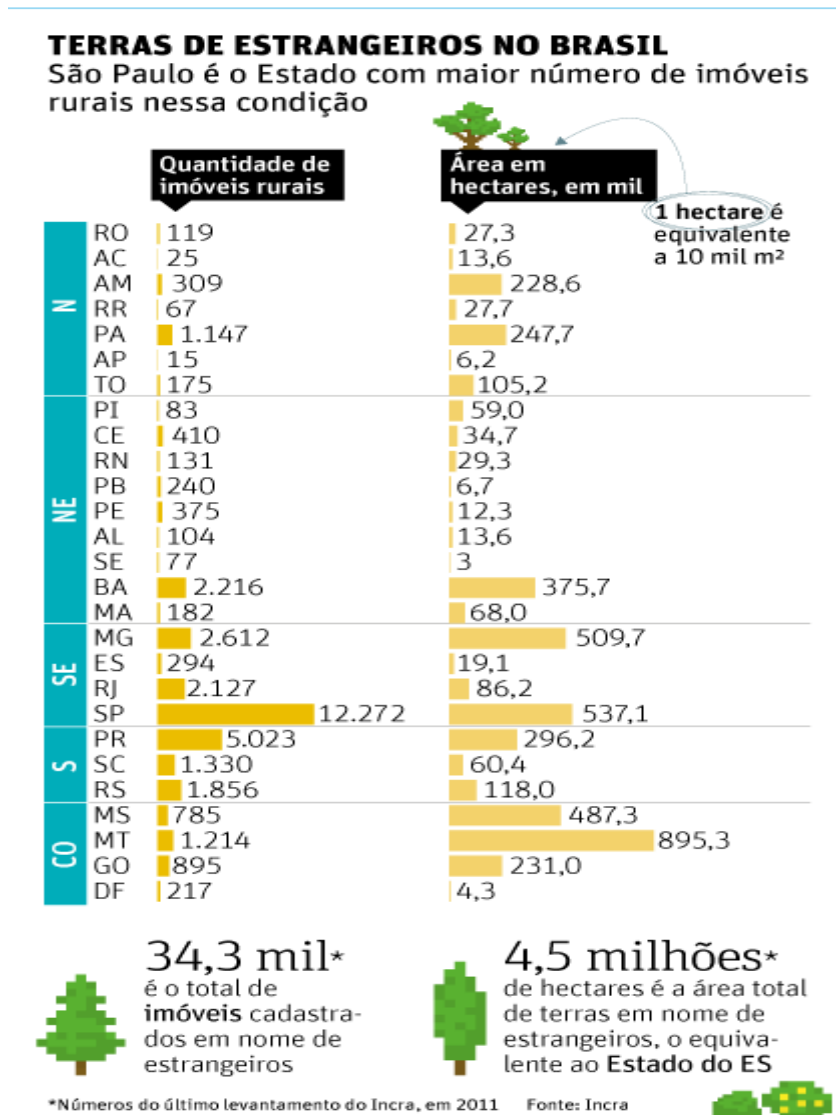
Nenhuma das empresas comentou sobre os possíveis danos à sua imagem por causa dos tumultos do dia 12. Mas o governo não parece muito preocupado. No dia seguinte aos atos de selvageria, como se sabe, os vândalos foram recebidos pela presidente Dilma em pessoa.

---

**Governo vai regularizar áreas compradas por estrangeiros. Lucas Ferraz – Folha de São Paulo, Mercado. 05/03/2014**

O governo federal abriu uma brecha para que estrangeiros ou empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro regularizem terras já adquiridas no Brasil.

Uma portaria conjunta da AGU (Advocacia-Geral da União) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicada na semana passada, prevê a regularização de áreas que estavam numa espécie de limbo jurídico por causa de um parecer da AGU publicado em 2010.



Esse parecer, aprovado pela Presidência da República, limitou a 50 módulos fiscais -de 250 a 5.000 hectares, conforme a região- a extensão de terra que pode ser comprada ou arrendada por empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro.

Quando entrou em vigor, em agosto de 2010, a medida alterou uma outra, de 1994, e deixou dezenas de negócios (como compra e venda de terras) inconclusos por causa das mudanças nas regras.

Em muitos casos, as transações não foram registradas nem em cartório nem no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), responsável por fazer esse controle no Sisnate, sigla do Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Imóvel Rural por Estrangeiros.

## INVESTIMENTOS

O objetivo da portaria, segundo a AGU, é regularizar a situação, que bloqueou investimentos no país calculados em mais de R\$ 40 bilhões.

As barreiras criadas pelo governo federal em 2010 afetaram sobretudo os investimentos no ramo de florestas plantadas e na expansão do setor sucroalcooleiro.

Entre 1994 e 2010, as regras existentes equiparavam as empresas estrangeiras com as nacionais, provocando um boom na compra de terras por estrangeiros. Mas muitas negociações iniciadas no período terminaram afetadas pelo parecer de 2010.

A nova portaria do governo se aplica somente a negócios realizados até agosto de 2010 e que ainda não foram regularizados. Não há limites sobre a extensão da terra.

O Incra informou que é impossível calcular a extensão das áreas que serão beneficiadas, já que havia uma lacuna sobre o tema.

No último levantamento do órgão, em 2011, havia 34 mil imóveis em nomes de estrangeiros no Brasil, abrangendo uma área de 4,5 milhões de hectares -o equivalente ao Estado do Espírito Santo.

Para evitar fraudes, a portaria diz que, se houver "evidência de falsidade documental ou ideológica", a aquisição será anulada.

Uma das empresas beneficiada pela portaria é a Celulose Riograndense, incorporada em 2009 pelo grupo chileno CMPC. A companhia, a única a fazer consulta formal sobre o tema no Incra, alegava que o parecer inviabilizou diversos investimentos.

Quando o parecer foi aprovado, o governo Lula argumentou que a limitação das terras para estrangeiros era uma questão de soberania e segurança nacional.

---

### **Meta é dar continuidade com 'qualidade', diz Rossetto. Erich Decat – O Estado de São Paulo, Política. 17/03/2014**

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rossetto (PT-RS), afirmou nesta segunda-feira, 17, que terá como principal objetivo dar continuidade com "qualidade" aos projetos que estão sob a guarda da pasta. "Nosso objetivo é melhorar e ampliar os programas em execução e assegurar uma prestação de serviço cada vez mais adequada, de tal forma que o MDA possa apoiar, criar oportunidades e estimular esses milhões de agricultores. Dar continuidade com qualidade", disse Rossetto, após a cerimônia de posse.

"Reforma agrária para nós traduz um conceito muito claro e simples. Terras que possam produzir para homens e mulheres que querem produzir", afirmou Rossetto.

Rossetto tomou posse na manhã de hoje no Palácio do Planalto no lugar do agora ex-ministro Pepe Vargas (PT-RS), que deverá disputar uma vaga nas próximas eleições de outubro pelo Rio Grande do Sul. Além de Rossetto, tomaram posse hoje os ministros da Agricultura, Neri Geller; das Cidades, Gilberto Occhi; da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz; da Pesca e Aquicultura, Eduardo Lopes (PRB-RJ); e do Turismo, Vinicius Nobre Lages.

Durante cerimônia da posse dos seis novos ministros, a presidente Dilma Rousseff agradeceu o trabalho desempenhado pelos que deixam os cargos. "Não esquecerei o bom trabalho que vocês fizeram", enfatizou em seu discurso, agradecendo o companheirismo dos que deixam os cargos.

No início do discurso, Dilma disse que "cerimônias como estas são inerentes" a todos os regimes democráticos, lembrou que eles precisam deixar suas funções e submeter-se ao "julgamento das urnas". Ela ressaltou que, junto com ela, eles enfrentaram nos últimos tempos "situações difíceis" e que todos fizeram "muito pelo País, deram o melhor de si" e alcançaram vitórias importantes no governo. "Não esquecerei desses ministros, assim como todo o companheirismo (deles)", afirmou.

---

### **Inkra certifica quase mil imóveis rurais na Bahia, em quatro meses – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/03/2014**

Nos últimos quatro meses, o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) certificou 981 imóveis rurais na Bahia, que totalizam 800 mil hectares de terras, ou seja, oito mil quilômetros quadrados, delimitados com base nos pontos cartográficos, obtidos por meio do uso de GPSs.

A área certificada no período é maior que o município baiano de Barreiras, que possui 7.859,2 quilômetros quadrados, e é um dos mais desenvolvidos municípios do Oeste baiano, região que concentra 80% das solicitações de certificação no estado.

Em todo o País, o Sigef tem revolucionado o serviço de certificação. Nesse mesmo período, já foram certificados 12,5 mil imóveis que totalizam 10,2 milhões de hectares, uma média de 95,6 hectares ao dia. As áreas certificadas na Bahia correspondem a 7,85% do total nacional.

O salto numérico no processo de certificação, que antigamente não era tão ágil, deu-se pelo fato de o serviço ter deixado de ser manual e passou a ser realizado por meio de um sistema web, desde novembro do ano passado. A iniciativa tornou o processo seguro, transparente e, o mais importante, impede sobreposição de áreas rurais.

A modernização se mostra tão eficaz que, de forma comparativa, o Comitê Gestor de Certificação do Incra na Bahia, durante o ano de 2013, concluiu manualmente 1.254 processos e, em quatro meses, o Sigef já alcançou 78,2% desse total no estado.



Uma análise de sobreposição, por exemplo, que poderia durar meses, com o sistema pode ser realizada em segundos. Além disso, a implantação do sistema evita a burocracia de abertura de processos em papel e é impessoal, ao não haver necessidade de contato do proprietário rural com servidores da autarquia.

Como certificar

Hoje, qualquer ação vinculada à certificação é realizada por meio do Sigef. Todas as áreas rurais particulares ou públicas, independente do tamanho, precisam ser certificadas.

Para os proprietários rurais e entidades interessadas que ainda não tenham suas áreas certificadas, o primeiro passo é contratar os serviços dos profissionais liberais credenciados junto ao Incra nas áreas de agrimensura e cartografia. Localize um profissional clicando aqui.

Com o Sigef, cabe ao Comitê de Certificação do Incra acompanhar e gerenciar os processos via web. A necessidade da Certificação do Imóvel Rural foi criada pela Lei 10.267/01 e é exclusiva ao Incra.

Na Bahia, ainda há um passivo de 500 processos manuais que foram abertos entre 2012 e 2013, mas, de acordo com o chefe do Serviço de Cartografia, Miguel Neto, todo o passivo deve ser finalizado até julho deste ano.

---

### **Apresentado PLS que resgata proposta de reforma agrária de Jango – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 21/03/2014**

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentaram projetos de lei que resgatam a memória e as iniciativas do presidente João Goulart, retomando as discussões iniciadas por Jango há 50 anos no comício histórico da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, determinante para a derrubada de Goulart, em 31 de março de 1964, por Golpe Militar.

Um dos projetos apresentados é o PLS 90/2014, que declara de interesse social, para fins de desapropriação destinada à reforma agrária, as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem, açudagem, e outras espécies de melhoramentos, que não estejam cumprindo sua função social, e dá outras providências.

A CONTAG vê de forma positiva a retomada da discussão da reforma agrária no Senado Federal, mas alerta que esse projeto não substitui a atual política de desapropriação de latifúndio. Esse seria mais um mecanismo para suprir a demanda por terra existente no Brasil.

Hoje, mais de 200 mil famílias estão acampadas em todo o Brasil aguardando por terra para morar e produzir alimentos e a CONTAG e as outras organizações sociais do campo permanecem mobilizadas, pressionando o governo para garantir a execução das ações de reforma agrária e o assentamento, com qualidade, de todas as famílias sem terra que continuam lutando pelo direito à terra, ao território e à soberania e segurança alimentar, principalmente em 2014, que é o Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena. Portanto, esse projeto de lei reacende a esperança dessas famílias e dos movimentos sociais de avançar na reforma agrária no Brasil.

---

#### **UDR pede investigação de convênio de terras no Pontal. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 21/03/2014**

A União Democrática Ruralista (UDR) entrou com representação no Ministério Público Federal (MPF) de Presidente Prudente pedindo que o convênio entre os governos estadual e federal que prevê a arrecadação de áreas para a reforma agrária no Pontal do Paranapanema seja investigado. De acordo com o presidente Luiz Antonio Nabhan Garcia, o Itesp propôs a aquisição das terras a fazendeiros que tiveram áreas invadidas durante o "Carnaval vermelho", a onda de invasões comandada pelo líder do MST da Base, José Rainha Júnior.

Durante o Carnaval deste ano, 28 propriedades rurais foram invadidas no oeste do Estado de São Paulo, sendo 17 no Pontal e as demais na Alta Paulista. As ações foram atribuídas a movimentos ligados à Frente Nacional de Lutas, articulada por Rainha Júnior. De acordo com Nabhan, as invasões ocorreram logo depois que a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), do governo paulista, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do governo federal, assinaram convênio para arrecadar 18 mil hectares de terras na região e destiná-las à reforma agrária, indenizando os possuidores pelas benfeitorias.

Conforme o ruralista, a proposta de compra incluiu fazendas invadidas. "Entendemos que isso é premiar o criminoso, pois invasão é crime. Como está sendo usado recurso público, acredito que os agentes envolvidos podem ser responsabilizados por improbidade administrativa", disse. Segundo ele, a legislação proíbe a vistoria, avaliação ou desapropriação de imóvel invadido, justamente para não incentivar esse tipo de delito. O procurador da República Tito Lívio Seabra, que recebeu a representação, ainda não se manifestou.

O Incra informou que as áreas objeto do convênio já foram julgadas pela Justiça como propriedades do Estado e a negociação envolve apenas as benfeitorias. Em nota, o Itesp informou que o Governo de São Paulo trabalha com o desenvolvimento de planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários para a implantação de assentamentos em terras devolutas. Desde 1984 foram implantados 112 assentamentos na Região do Pontal do Paranapanema.

Segundo o Itesp, o convênio de reversão de terras públicas para arrecadar áreas para a implantação de novos assentamentos na região do Pontal foi assinado no dia 21 de

fevereiro e tem duração de dois anos. Durante esse período, o Estado e a União vão propor os acordos com os possuidores das áreas julgadas devolutas, que somam 18.514 hectares. A Fundação Itesp ficará responsável pela avaliação dos imóveis e a União, por meio do Incra, pelo pagamento das benfeitorias.

O Itesp esclareceu que a relação dos imóveis que fazem parte do convênio foi entregue em março para o Ministério Público Federal (MPF). A homologação dos acordos será feita em juízo com a presença da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o Itesp e o Incra.

---

### **Incra/SE conquista nova área para a reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/03/2014**

A Superintendência Regional do Incra em Sergipe (Incra/SE) recebeu na última quarta-feira (19) a posse de mais um imóvel rural, destinado à criação de um projeto de assentamento.

Localizada entre os municípios de Poço Redondo, em Sergipe, e Pedro Alexandre, no estado da Bahia, a Fazenda Santa Maria teve sua posse imitada em favor da autarquia federal, em evento realizado no próprio imóvel. “Superamos diversos obstáculos para assegurar a conquista dessa área, porque sabemos da sua importância para as famílias e para o avanço da reforma agrária nessa região”, afirmou Leonardo Góes, superintendente regional do Incra em Sergipe. Segundo Góes, a área abrigará um projeto qualificado, com todas as condições necessárias para que os agricultores produzam e construam o seu próprio processo de desenvolvimento.

Considerada área emblemática para a reforma agrária, a Fazenda Santa Maria foi vistoriada e classificada como improdutiva, e sua posse vinha sendo requerida judicialmente pela autarquia federal desde 2005.

O novo assentamento

Com extensão de 1184 hectares, a área da Fazenda Santa Maria será utilizada pelo Incra para a implantação de um projeto com capacidade para o assentamento de 35 famílias.

O local, de acordo com avaliação realizada por peritos da autarquia, tem vocação para os cultivos de milho e mandioca e para o desenvolvimento da pecuária leiteira.

---

### **Terra Legal entrega títulos para agricultores familiares do Pará. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/03/2014**

Agricultores paraenses, que antes eram posseiros, se tornarão proprietários definitivos de suas terras e terão condições de acessar todas as políticas públicas de fortalecimento voltadas para a agricultura familiar. Isso se tornará realidade para 52 agricultores familiares do estado, a partir desta sexta-feira (28), com a entrega em Tomé-Açu (PA) de títulos de posse das propriedades. A solenidade faz parte das ações do programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para o coordenador do programa federal no estado, Raimundo Alves, com os títulos definitivos os agricultores ganham nova perspectiva. “Com o título garantimos estabilidade no campo. Sabemos que a regularização fundiária é um dos mecanismos para o desenvolvimento social e econômico da região”, enfatiza o coordenador ao lembrar que o município de Tomé-Açu tem uma grande produção rural mas que as famílias não conseguem acessar o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pois não têm a propriedade da terra. “Com a entrega dos documentos os agricultores vão ter condição de acessar o crédito formal”, avalia Alves.

Além da entrega de títulos, o Terra Legal também vai realizar o cadastramentos de proprietários rurais que estão em terras federais no município. Segundo dados do programa, existem mais de 100 famílias que já têm o georreferenciamento de suas propriedades completo, faltando apenas reunir documentos para a montagem do processo de destinação de terras em Tomé-Açu.

#### Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e para o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

---

#### **População do campo realiza bloqueios de BRs e mobilização no Recife por Reforma Agrária e Justiça Social na Zona da Mata - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 31/03/2014**

A Zona da Mata de Pernambuco amanheceu, nesta segunda-feira, 31/03, com mobilizações e bloqueios de BRs realizados por mais de dois mil trabalhadores e trabalhadoras rurais da região. Logo cedo, eles bloquearam os trechos da BR 101 Sul, na altura da Fábrica da Vitarella; da BR 101 Norte, próximo à Usina Maravilha, em Goiana; e da BR 232, em frente ao Parque Aquático, em Moreno. Além desses trancamentos, aconteceu um ato na praça do Derby, no Recife, com distribuição de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura camponesa e panfletagem.

Essas mobilizações foram organizadas por diversos movimentos e organizações sociais e sindicais que atuam luta pela terra e por condições mais dignas de vida para a população que mora e trabalha no campo. São elas: FETAPE, CPT, MST, Sindicatos de

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata, Contag, CUT, CTB, Sabiá, Serta, Fase, Centro Josué de Castro, LecGeo/UFPE, ICN, Assocene, Coopagel, Coopag e Centro das Mulheres do Cabo.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais reivindicam uma série de medidas emergenciais e estruturantes para a região, no que diz respeito à permanência e acesso à terra e ao território; assalariamento rural; sistema produtivo, agroecologia, segurança e soberania alimentar; e políticas públicas e projetos/programas sociais.

As cobranças encontram-se no documento “Diretrizes para reestruturação socioprodutiva da Zona da Mata”, elaborado pelas organizações sociais do campo e entregue em agosto de 2013 aos governos Estadual e Federal. São 85 propostas em contraposição ao modelo de desenvolvimento excludente e injusto vigente na região. Porém, passados sete meses da entrega do documento, nenhuma medida foi anunciada pelos órgãos estatais.

Além das propostas, as organizações denunciam o atual contexto de violação de direitos em que vive a população do campo na Zona da Mata. A região canavieira tem passado por profundas mudanças nas suas bases produtivas, onde o monocultivo da cana-de-açúcar passa a dividir espaço com o investimento e a instalação de grandes empreendimentos industriais. No entanto, denunciam os movimentos sindicais e organizações sociais que atuam na região, que este novo cenário tem aumentado as dívidas sociais históricas que deixam profundas marcas para as famílias que vivem no campo.

Mesmo com mudanças em suas bases produtivas, a estrutura fundiária na região permanece intocada. A ausência de medidas que visem modificar os índices de concentração de terras, - um dos mais altos do país - condena a população do campo a viver em situações alarmantes de conflitos agrários ou em condições desumanas nas periferias dos municípios. A Zona da Mata também possui municípios com alguns dos piores Índices de Desenvolvimento Humano de Pernambuco e do Brasil, além de ostentarem altos índices de analfabetismo. Segundo dados do IBGE, 17,6% da população da região ainda vivem em situação de extrema pobreza e cerca de 50% das famílias dependem de programas de transferência de renda para sobreviver.

Para os movimentos e organizações sociais, a mobilização tem o objetivo de denunciar que este modelo de desenvolvimento não resolve esses históricos problemas, e de apontar a Reforma Agrária e a defesa dos territórios camponeses como proposta concreta para enfrentar os principais desafios e o combate à fome, tão presente na Zona da Mata. As organizações também denunciam a situação de degradação ambiental na região com o uso de agrotóxicos que contaminam os solos, as fontes de água e os alimentos, gerando diversos problemas de saúde na população rural e urbana; e, o contínuo desmatamento da Mata Atlântica, que ocasiona a perda da biodiversidade, fatores ambientais que levam a população urbana e rural a enfrentar ciclicamente os desastres ambientais como as grandes enchentes e estiagens prolongadas.

## 50 anos do Golpe Militar: Mobilização também homenageia resistência do campo à Ditadura Militar

As mobilizações realizadas pelas organizações sociais do campo neste dia 31 de março também homenagearam os milhares de camponeses e trabalhadores rurais que lutaram aguerridamente contra a ditadura militar. As organizações e lideranças camponesas que faziam a defesa da Reforma Agrária e dos direitos humanos foram massacradas com o Golpe. Durante esse período sangrento da história, foram assassinados cerca de 1.200 trabalhadores rurais, camponeses e camponesas.

Passados 50 anos, a população do campo ainda vive sob a herança do Golpe Militar e sonha com a democratização das terras. O modelo de desenvolvimento imposto pela Ditadura para o campo ainda permanece inalterado e os movimentos sociais de luta pela terra continuam sendo insistentemente criminalizados por levantarem a bandeira da Reforma Agrária. O avanço do capital no campo e o fortalecimento do latifúndio, por meio da entrada de maquinários modernos e agrotóxicos é o modelo ditatorial que permanece vigente e que, nos dias de hoje, ainda exila milhares de camponeses e trabalhadores rurais em seu próprio estado.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria



**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa